



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
COMISSÃO PARLAMENTAR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Exmo. Senhor  
Presidente da Assembleia da República  
Dr. Jaime Gama

Of. nº 566/8ª-CEC/2010

09.Dezembro.2010

**Petição nº 112/XI/2ª - Relatório Final**

*Senhor Presidente,*

Nos termos do n.º 6 do artigo n.º 15º da Lei nº 43/90, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 6/93, de 1 de Março, 15/2003, de 4 de Junho e 45/2007, de 24 de Agosto junto envio a Vossa Excelência o Relatório Final referente à Petição nº 112/XI/2ª - da iniciativa de Ana Maria Félix Trindade Lobo e Outros - *que pretendem o serviço da B- On continue disponível sem encargos* - cujo parecer, foi aprovado por unanimidade na reunião da Comissão de Educação e Ciência, efectuada no dia 07 de Dezembro de 2010, é o seguinte:

- a) A petição deve ser publicada na íntegra no Diário da Assembleia da República, conforme prevê a alínea a) do nº 1 do artigo 26º, da LDP;
- b) O presente Relatório deverá ser remetido ao Senhor Presidente da Assembleia da República, nos termos do n.º 8 do artigo 17.º da LDP.
- c) A presente petição deve ser apreciada em Plenário da Assembleia da República, nos termos do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 24º da LDP;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
COMISSÃO PARLAMENTAR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

A Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, nos termos do nº 1 do artigo 8º, dará de imediato conhecimento deste Relatório Final ao 1º subscritor da petição.

Com a expressão dos meus melhores cumprimentos,

*penonís*

Luiz Fagundes Duarte  
Presidente



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

**Petição nº 112/XI/2ª – Pretendem que o serviço da B-On continue disponível sem encargos.**

**Relator: Deputado Miguel Tiago (PCP)**

07 de Dezembro de 2010



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

## Petição n.º 112/XI/2.ª

Relator: Deputado Miguel Tiago

### RELATÓRIO FINAL

**Iniciativa:** Ana Maria Félix Trindade Lobo e Outros

**Assunto:** Pretendem que o serviço da B-On continue disponível sem encargos.

#### **I. Entrada e admissão da Petição**

A presente petição deu entrada na Assembleia da República no dia 8 de Novembro de 2010, através do sistema de petições online, tendo baixado à Comissão de Educação e Ciência na mesma data. A nota de admissibilidade foi apreciada em Comissão no dia 15 de Novembro, dela constando o número de 4447 assinaturas para efeitos de encaminhamento da Petição.

#### **II. Conteúdo e motivação da Petição**

A petição pretende a disponibilização sem encargos dos conteúdos da B-on, descritos pelos peticionários como fundamentais para o desempenho e funcionamento do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, tendo em conta que é essencialmente através da B-on que se processam os acessos, quer a publicações, quer a livros electrónicos.



## COMISSÃO PARLAMENTAR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Os conteúdos da B-on constituem a plataforma que permite ao investigador conhecer todo o trabalho científico sobre um determinado tema, no plano nacional e internacional, acedendo ao conjunto das publicações e artigos relacionados.

De acordo com os peticionários, estaria em risco o financiamento da B-on pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior como se havia verificado nos anos anteriores, sendo assim transferido esse financiamento para as instituições do SCTN, acrescendo às despesas das instituições mais esse custo.

### **III. Audição dos peticionários e informação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**

A Comissão de Educação e Ciência, no âmbito das suas competências, promoveu a audição dos peticionários do texto. Essa audição realizou-se no dia 30 de Novembro, com a presença de uma das subscritoras da petição a Dr<sup>a</sup> Maria do Céu Costa.

De acordo com a peticionária, os termos e pressupostos da Petição partiram do facto de não se encontrar listada ou destacada a verba em Orçamento do Estado para 2011 para o financiamento da B-on, nomeadamente no Orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. No entanto, na sequência da nota de admissibilidade da Petição, foi pedido esclarecimento ao referido Ministério.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior enviou no dia 19 de Novembro um ofício onde se pode ler que “no ano de 2011, o pagamento da B-on continuará a ser assegurado através de verbas inscritas para esse fim no orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, não tendo pois fundamento os pressupostos da petição.”

Dessa forma, os diversos Grupos Parlamentares presentes na audição questionaram a subscritora no sentido de obter algum esclarecimento quanto a manutenção ou não da oportunidade da Petição. De acordo com a Dr<sup>a</sup> Maria do Céu Costa, a oportunidade da Petição justifica-se pelo simples facto de não ser possível identificar no texto ou mapas do Orçamento do Estado a verba destinada ao financiamento da B-on, o que continua a ser uma realidade, independentemente do ofício enviado à Comissão de Educação e Ciência pelo Ministério.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## COMISSÃO PARLAMENTAR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

### IV. Conclusões

1. No dia 8 de Novembro deu entrada uma petição para a manutenção da disponibilidade da B-on sem encargos. Essa petição foi admitida pela Comissão de Educação e Ciência, no dia 15 de Novembro sendo aceite o número de 4447 assinaturas de subscritores.
2. No dia 19 de Novembro, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior enviou à Comissão uma informação que aponta no sentido de no ano de 2011 o Ministério continuar a assegurar as verbas necessárias, manifestando-se pela não existência de fundamento para os pressupostos da petição, estando pois o solicitado pelos peticionários a ser cumprido pelo Governo.

### V. Parecer

Face ao supra exposto, a Comissão de Educação e Ciência emite o seguinte Parecer:

- 1) O objecto da petição é claro e está bem especificado, encontrando-se identificados os subscritores;
- 2) Estão preenchidos os demais requisitos formais e de tramitação estabelecidos no artigo 9º da Lei nº43/90, de 10 de Agosto (com as alterações introduzidas pelas Leis nº6/93, de 1 de Março, 15/2003, de 4 de Junho e 45/2007, de 24 de Agosto – Lei de Exercício do Direito de Petição/LPD);
- 3) A petição, com 4447 subscritores, deverá ser apreciada em Plenário da Assembleia da República, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º da LDP;
- 4) O presente Relatório deverá ser remetido ao Senhor Presidente da Assembleia da República, nos termos do n.º 8 do artigo 17.º e do n.º 2 do artigo 24.º da LDP;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

- 5) É obrigatória a publicação da petição no Diário da Assembleia da República (artigo 26.º, n.º1, alínea a), idem)

Palácio de São Bento, 07 de Dezembro de 2010

O Deputado Relator

Miguel Tiago

O Presidente da Comissão

Luiz Fagundes Duarte